



Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital

Pilar 3

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

2º Trimestre de 2024

Índice

1. Objetivo	3
2. Apresentação	3
3. Gerenciamento de riscos e indicadores prudenciais	4
3.1 Estrutura de Gerenciamento de Riscos	4
3.2 Estrutura de Gerenciamento de Capital	5
3.3 Patrimônio de Referência (PR)	6
3.4 Indicadores de Adequação do Capital	6
3.5 Adicional de Capital Principal	7
3.6 KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais	7
3.7 Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	7
3.8 OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	8
4. Risco de Crédito	8
4.1 Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito	8
4.2 CR1: Qualidade creditícia das exposições	10
4.3 CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal	10
5. Risco de Mercado	10
5.1 Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado	10
5.2 Carteira de Negociação	11
5.3 MR1: Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao risco de mercado	12
5.4 Derivativos: Carteira de Negociação e Carteira Bancária	12

1. Objetivo

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), por meio da Resolução BCB nº 54, de 16 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a divulgação do relatório de Pilar 3, apresentamos o relatório do Conglomerado Prudencial Banco Sicoob com as informações requeridas pelo BCB.

A Resolução BCB nº 54/2020 define o escopo, o formato e a periodicidade de divulgação das informações. Neste relatório, as informações estão organizadas em tabelas com formato fixo e flexível, com o objetivo de manter a comparabilidade entre as instituições, reduzir a assimetria de informações e fomentar a disciplina de mercado.

A política de divulgação do Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital apresenta a especificação das informações que devem ser divulgadas, as diretrizes e as responsabilidades das áreas envolvidas no processo de elaboração e divulgação do relatório, bem como a responsabilidade dos controles internos, visando garantir a fidedignidade das informações, conforme estabelecido pelo art. 56 da Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

As informações deste relatório têm como base o trimestre findo em 30 de junho de 2024.

2. Apresentação

Para compreensão das estruturas de gerenciamento integrado de riscos e de capital do Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob, é necessário o entendimento de conceitos básicos utilizados na organização sistêmica na qual o Banco Sicoob está inserido, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob).

O Banco Sicoob é um banco múltiplo privado, especializado no atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sicoob. Suas atividades são orientadas para manutenção de um relacionamento estreito, cordial e transparente com as cooperativas, atendendo suas necessidades e buscando a melhoria contínua de processos.

No que se refere ao gerenciamento integrado de riscos e ao gerenciamento de capital, o Banco Sicoob opera como unidade independente das cooperativas, exercendo funções específicas, mas aderentes às políticas sistêmicas do Sicoob. Essas políticas são detalhadas em manuais que documentam procedimentos, papéis e responsabilidades, incluindo os prestadores de serviços terceirizados.

O Banco Sicoob é a entidade responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital do seu conglomerado prudencial, demais empresas controladas e fundação patrocinada.

O conglomerado prudencial é composto pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob, Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Sicoob Administradora de Consórcios Ltda., Sicoob Soluções de Pagamento Ltda, Sicoob Participações em Seguridade S.A. – SicoobPar, e ainda, pelo Fundo de Investimento Sicoob Previdenciário Renda Fixa IMA-B, Sicoob Agências Fundo de Investimento Imobiliário, pelo fato destes últimos possuírem característica de retenção substancial de riscos e benefícios.

O Banco Sicoob adota documento formal e sistemas de controle específicos de delegação de alçadas, como componente do processo de definição de apetite por

riscos. O documento determina as alçadas para a realização de operações e processos entre os diversos níveis da estrutura organizacional e funcional da instituição no que se refere, principalmente, mas não exclusivamente, às operações de crédito, compra e venda de títulos e valores mobiliários, gestão administrativa e liquidação financeira.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao Gerenciamento Integrado de Riscos (GIR) são disseminadas na instituição.

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no Gerenciamento Integrado de Riscos do Banco Sicoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade.

3. Gerenciamento de riscos e indicadores prudenciais

3.1 Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Sicoob, com base nas políticas, estratégias, processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades. A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às atividades.

As estruturas de gerenciamento de riscos são compatíveis com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição aos riscos.

O Banco Sicoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações entre os riscos considerados relevantes.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gestão de riscos no conglomerado.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o Banco Sicoob adota modelo de três linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- a) 1ª linha: controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- b) 2ª linha: áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma unificada;
- c) 3ª linha: avaliação independente pela auditoria interna.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos e o Comitê de Riscos (Coris) é responsável por assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A auditoria interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente pela auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento de riscos.

Os auditores independentes, reguladores e outros órgãos externos desempenham papel importante na estrutura unificada de gerenciamento de riscos, a partir dos processos de auditoria e supervisão das atividades da instituição.

Para dar suporte a essa estrutura, o Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos da instituição sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O modelo de gerenciamento de riscos prevê a identificação dos riscos inerentes a novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, mudanças significativas em processos, sistemas, operações e modelo de negócio da instituição, estratégias de proteção (hedge) e iniciativas de assunção de riscos, reorganizações societárias significativas e alteração nas perspectivas macroeconômicas.

3.2 Estrutura de Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital do conglomerado Banco Sicoob é coordenado pela Diretoria Financeira e Administrativa, centralizado na área de Planejamento Financeiro, a qual é apoiada pelo Comitê de Gerenciamento de Capital (Cocap) visando garantir a sinergia, uniformidade e visão sistêmica.

O gerenciamento de capital do Banco Sicoob é realizado de forma integrada com as demais diretorias, cujos processos, procedimentos e políticas estão definidos em normativos internos.

Compõem o Cocap as seguintes áreas: estratégia e gestão, gestão integrada de riscos, administração e contadoria, e planejamento financeiro.

A estrutura de gerenciamento de capital é um processo contínuo que busca:

- a) realizar o monitoramento e controle do capital pelos órgãos de governança corporativa;
- b) avaliar as necessidades de capital em face dos riscos aos quais o Banco Sicoob está exposto, bem como realizar simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e seus impactos no capital regulamentar;

- c) planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco Sicoob para o horizonte mínimo de três anos;
- d) adoção de postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- e) comunicação tempestiva com os acionistas para negociar o alcance das metas de capitalização do conglomerado Banco Sicoob.

O Banco Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes, de forma a manter capital compatível com os riscos incorridos pelo conglomerado.

Adicionalmente, dispõe de um plano de capital que prevê as metas e projeções de capital, as principais fontes de capital e o plano de contingência de capital.

O plano de capital está alinhado às diretrizes estratégicas e de capital do Sicoob para o horizonte de 3 (três) anos, possui periodicidade de revisão semestral e acompanhamento trimestral pelo Comitê de Gerenciamento de Capital (Cocap) e pela Diretoria Executiva.

São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados são apresentados, semestralmente, à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela auditoria interna.

3.3 Patrimônio de Referência (PR)

Em conformidade com as Resoluções CMN 4.955/2021, além de regulamentações complementares, o Conglomerado Banco Sicoob mantém Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos inerentes às suas atividades. O processo de Adequação do Patrimônio de Referência é acompanhado para atendimento aos requerimentos regulatórios e gestão estratégica da instituição.

O PR é composto pelo Nível I e Nível II, sendo parâmetro para fins de monitoramento e de verificação do cumprimento dos limites operacionais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), onde:

- Nível I – composto pelo somatório do Capital Principal e Capital Complementar;
- Nível II – composto por instrumentos elegíveis a capital, basicamente dívidas subordinadas, sujeitos a limitações prudenciais.

O PR é apurado em bases consolidadas:

- Conglomerado Prudencial – consolidado das empresas controladas pelo Banco Sicoob, que são regulamentadas pelo BCB (Banco Sicoob, Sicoob DTVM, Sicoob Administradora de Consórcios, Sicoob Pagamentos) e os Fundos de Investimento (Previdenciário e Imobiliário).

3.4 Indicadores de Adequação do Capital

O BCB estabelece os limites operacionais a serem observados pelas instituições financeiras, que são monitorados pela apuração do Índice de Basileia (IB), Índice de Nível I (IN1) e Índice de Capital Principal (ICP), conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.958/2021.

3.5 Adicional de Capital Principal

As parcelas de adicional de capital regulamentar visam garantir que os bancos tenham reserva de capital suficiente para enfrentar momentos de crise, reduzindo potencial impacto sistêmico indesejável na economia.

O Adicional de Capital Principal (ACP) passou a vigorar a partir de janeiro de 2016, sendo aplicado de acordo com as Circulares BCB 3.768/2015 e 3.769/2015.

3.6 KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

		R\$ mil				
		a jun-24	b mar-24	c dez-23	d set-23	e jun-23
Capital regulamentar						
1	Capital Principal	4.413.964	4.257.140	4.121.366	3.534.714	3.384.710
2	Nível I	5.016.778	4.257.140	4.121.366	3.534.714	3.384.710
3	Patrimônio de Referência (PR)	5.016.778	4.257.140	4.121.366	3.534.714	3.384.710
3b	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3c	Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)						
4	RWA total	25.071.811	24.879.936	24.423.210	25.161.975	23.738.996
Capital regulamentar como proporção do RWA						
5	Índice de Capital Principal (ICP)	17,61%	17,11%	16,87%	14,05%	14,26%
6	Índice de Nível 1 (%)	20,01%	17,11%	16,87%	14,05%	14,26%
7	Índice de Basileia	20,01%	17,11%	16,87%	14,05%	14,26%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA						
8	Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
9	Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10	Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPsistêmico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
11	ACP total (%)	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
12	Margem excedente de Capital Principal (%)	10,61%	10,11%	9,87%	7,05%	7,26%
Razão de Alavancagem (RA)						
13	Exposição total	NA	NA	NA	NA	NA
14	RA (%)	NA	NA	NA	NA	NA
Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)						
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	NA	NA	NA	NA	NA
16	Total de saídas líquidas de caixa	NA	NA	NA	NA	NA
17	LCR (%)	NA	NA	NA	NA	NA
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)						
18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)	NA	NA	NA	NA	NA
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)	NA	NA	NA	NA	NA
20	NSFR (%)	NA	NA	NA	NA	NA

O Índice de Basileia fechou 20,01% em 30 de junho de 2024, com aumento de 2,9 p.p. em relação a 30 de março de 2024, principalmente em função do aumento de capital de Nível 1, realizado por meio de emissão de Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas que possuem opção de recompra a partir de 2029.

3.7 Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Conforme a Resolução CMN 4.958/2021, que trata dos cálculos dos requerimentos mínimos e do adicional de capital, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), correspondente à soma das seguintes exposições:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD}$$

Sendo:

Risco de Crédito

- RWA_{CPAD} – relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

Risco de Mercado

- RWA_{MPAD} – relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

Risco Operacional

- RWA_{OPAD} – relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

As metodologias utilizadas pelo Banco Sicoob para a alocação de capital estão em conformidade com a regulamentação em vigor, sendo parte do processo de avaliação da adequação do PR, objetivando apurar a exigência de capital suficiente para cobertura dos riscos inerentes às suas atividades.

3.8 OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

		R\$ mil			
		a		b	c
		RWA		Requerimento mínimo de PR	
		jun-24	mar-24	jun-24	
1	Risco de crédito em sentido estrito	20.152.559	19.691.632	1.612.205	
2	Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	19.398.661	19.071.898	1.551.893	
3	Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-	
5	Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	-	-	-	
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)	17.663	2.524	1.413	
7	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	NA	NA	-	
7a	Do qual: requerimento calculado mediante uso da abordagem CEM	-	-	-	
9	Do qual: mediante demais abordagens	17.663	2.524	215	
10	Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	0	0	0	
12	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	2.693	442	215	
13	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	0	0	0	
14	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	0	0	0	
16	Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	0	0	0	
20	Risco de mercado	92.909	361.960	7.433	
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	92.909	361.960	7.433	
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)	-	-	-	
24	Risco operacional	4.826.344	4.826.344	386.108	
I	Risco de Pagamentos (RWASP)	0	0	0	
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	733.542	616.768	58.683	
29	Total	25.071.811	24.879.936	2.005.745	

4. Risco de Crédito

4.1 Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perda associada a:

- a) não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;

- b) desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- c) reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- d) custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- e) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- f) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito e o cumprimento das estratégias;
- g) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- h) informações gerenciais periódicas para as entidades do conglomerado;
- i) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- j) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação, com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- k) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da instituição;
- l) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- m) modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa, bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais, a formação de comitês específicos e independentes e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade.

4.2 CR1: Qualidade creditícia das exposições

		R\$ mil					g
		a	b	c	d	f	
		Valor Bruto		c	d	f	g
		Exposições caracterizadas como ativos problematicos	Exposições não caracterizadas como ativos problematicos				
1	Concessão de crédito	1.426.205	57.857.260	481.592	481.592	-	58.801.872
2	Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-
2a	dos quais: títulos soberanos nacionais	-	-	-	-	-	-
2b	dos quais: outros títulos	-	-	-	-	-	-
3	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	743.837	39.461.545	307	307	-	40.205.074
4	Total	2.170.041	97.318.804	481.900	481.900	-	99.006.946

4.3 CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

		R\$ mil
		jun-24 Total
1	Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior	1.628.999
2	Valor das exposições que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	127.195
3	Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente	(54.666)
4	Valor da baixa contábil por prejuízo	(5.806)
5	Outros ajustes	(548.395)
6	Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente	1.147.327

5. Risco de Mercado

5.1 Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) valor em risco (*Value at Risk – VaR*);
 - a.2) limites máximos de risco de mercado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
- b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de mercado;

- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado;
- d) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de mercado.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle de risco de mercado adotado pelo Banco Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco de mercado, abrangendo a totalidade das posições do conglomerado Banco Sicoob.

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de risco de mercado, com o objetivo de assegurar que o risco da instituição seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

Para o cálculo das parcelas de risco de mercado RWA_{JUR1} , RWA_{JUR2} , RWA_{JUR3} , RWA_{JUR4} , RWA_{CAM} , RWA_{COM} e RWA_{ACS} são utilizadas metodologias padronizadas de acordo com os fatores de risco para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading).

São realizados testes de estresse diários, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

5.2 Carteira de Negociação

As empresas que compõem o conglomerado prudencial, com exceção do Banco Sicoob, não possuem operações na carteira de negociação, nem derivativos.

O Banco Sicoob mantém carteira de negociação (*trading*), referente a aplicações em fundos de investimento e moeda estrangeira (dólar).

5.3 MR1: Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao risco de mercado

		R\$ mil	
		RWA_{MPAD}	
		jun-24	mar-24
1 Taxas de juros		32.027	8.378
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA_{JUR1})	4.281	1.518
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA_{JUR2})	27.746	6.860
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWA_{JUR3})	-	-
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA_{JUR4})	-	-
2 Preços de ações (RWA_{ACS})		5.820	-
3 Taxas de câmbio (RWA_{CAM})		73.928	353.582
4 Preços de mercadorias (RWA_{COM})		-	-
9 Total		111.775	361.960

A redução no RWA_{CAM} em R\$ 250,1 milhões comparado com o trimestre anterior, foi decorrente do ajuste no critério de apuração da exposição cambial.

5.4 Derivativos: Carteira de Negociação e Carteira Bancária

As posições em derivativos têm como principal função o hedge dos riscos das carteiras de negociação e bancária dos principais fatores de risco (câmbio e taxa de juros).

Informações quantitativas dos derivativos classificados nas carteiras de negociação e bancária
Frequência: Trimestral
Data de Atualização: 30/06/2024

R\$ mil

Derivativos no Brasil - Com Contraparte Central				
Fatores de Risco	jun-24		mar-24	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Ações e Índices	-	-	-	-
Câmbio	-	(369.944)	-	(95.450)
Taxa de juros	369.944	(4.419.251)	95.450	(1.874.951)
Commodities	-	-	-	-

O aumento de R\$ 2,6 bilhões na exposição vendida de taxa de juros é decorrente das operações de hedge com contratos futuros de DI, visando mitigar os riscos de oscilações da taxa de juros da carteira bancária.